

## João Santana questiona vazamento seletivo na “lava jato”

O vazamento de informações a jornalistas e a dificuldade dos advogados para acessar os inquéritos da operação “lava jato” estão sendo questionados pela defesa do publicitário João Santana na Justiça Federal. A investigação apura suposto pagamento de propina por meio de sobrepreço em contratos da Petrobras.

Reprodução



Santana reclama de vazamento de informações sobre investigações que sequer seus defensores têm acesso.  
Reprodução

“É estarrecedor que jornalistas obtenham diuturnamente informações detalhadas acerca da investigação — inclusive sobre 'acordo de cooperação' com a Suíça —, enquanto os advogados devidamente habilitados estejam sendo tolhidos de sua prerrogativa profissional de ter acesso ao conteúdo do inquérito”, afirma **Fábio Tofic Simantob**, que representa o publicitário.

O questionamento foi motivado por reportagem publicada nesta sexta-feira (12/2) pela *Folha de S.Paulo*, que cita indícios de eventual repasse da empreiteira Odebrecht a João Santana. O publicitário foi o responsável pelas campanhas eleitorais do PT desde 2006. Ele também atuou em eleições no Panamá, na República Dominicana e em Angola.

“Um dos focos da investigação são valores recebidos por Santana em 2014, quando o marqueteiro fez as campanhas presidenciais de Dilma, no Brasil, e de José Domingo Arias, derrotado no Panamá — país onde a Odebrecht tem diversos interesses”, destaca a reportagem.

Em resposta ao material divulgado, Tofic esclarece que seu cliente nunca negou possuir empresas no exterior, justamente por já ter feito trabalhos em outros países. “Certo, porém, de que o vazamento de informações privadas e sigilosas é prática que configura crime, [João Santana] prefere aguardar para apresentar os detalhes de sua vida financeira às autoridades competentes”, diz.

Na petição, Tofic cita outra reportagem, da revista *Veja*, que citou a existência de investigações sobre Santana e motivou questionamentos junto à Polícia Federal, que até agora não foram respondidos. “Com



---

base nas informações veiculadas pela revista *Veja*, de que estaria em curso procedimento investigatório em desfavor do peticionário, os subscritores da presente apresentaram petição, assim como o fizeram perante este r. Juízo, à Polícia Federal curitibana, pleiteando o acesso à referida investigação.”

O advogado de Santana afirma que mesmo depois de nove dias da solicitação, o delegado regional, Igor Romário de Paula, não analisou o pedido. Tofic destaca em sua peça que a atitude das autoridades nos atos é crime, pois negar o acesso dos advogados à investigação é considerado abuso de autoridade.

“Pelo exposto, ante o eloquente silêncio da Polícia Federal curitibana, requer-se que este r. juízo adote as medidas necessárias para que a defesa possa ter imediato acesso aos autos do inquérito que envolve o peticionário, além de outras providências que entender cabíveis”, finaliza Tofic.

Clique [aqui](#) para ler a peça.

#### Date Created

12/02/2016